



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO TRT7.GP Nº 147, DE 24 DE MAIO DE 2024

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação do anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2024, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para divulgação e conhecimento público.

DURVAL CESAR DE VASCONCELOS MAIA
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2023 A ABRIL/2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	mai/2023	jun/2023	jul/2023	ago/2023	set/2023	out/2023	nov/2023	dez/2023	jan/2024	fev/2024	mar/2024	abr/2024	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)	34.213.669,77	34.648.982,33	33.594.074,93	34.284.873,82	33.984.714,00	34.463.251,86	36.756.075,61	63.105.293,92	45.900.316,61	37.071.143,07	37.728.526,49	37.226.157,65	462.977.080,06	329.714,92	463.306.794,98
Pessoal Ativo	24.595.789,37	24.899.481,57	23.893.042,98	24.288.118,70	24.161.057,81	24.723.135,95	24.807.851,23	47.823.871,36	31.116.067,00	26.597.001,55	27.296.844,10	26.696.524,12	330.898.785,74	329.714,92	331.228.500,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	20.816.817,08	21.119.647,68	20.112.430,37	20.523.199,59	20.380.873,12	20.934.501,21	21.002.043,83	40.283.609,42	27.375.630,10	22.618.166,47	23.307.023,06	22.674.594,77	281.148.536,70	329.714,92	281.478.251,62
Obrigações Patronais	3.778.972,29	3.779.833,89	3.780.612,61	3.764.919,11	3.780.184,69	3.788.634,74	3.805.807,40	7.540.261,94	3.740.436,90	3.978.835,08	3.989.821,04	4.021.929,35	49.750.249,04		49.750.249,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.617.880,40	9.749.500,76	9.701.031,95	9.996.753,12	9.823.656,19	9.740.115,91	11.948.224,38	15.281.422,56	14.784.249,61	10.474.141,52	10.431.682,39	10.529.633,53	132.078.294,32	0,00	132.078.294,32
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.699.328,79	7.845.330,48	7.776.542,60	7.865.827,87	7.889.340,88	7.831.357,58	9.614.702,59	12.332.553,38	11.856.274,70	8.468.373,64	8.501.021,62	8.551.842,97	106.232.497,10		106.232.497,10
Pensões	1.918.551,61	1.904.170,28	1.924.489,35	2.130.927,25	1.934.315,31	1.908.758,33	2.333.521,79	2.948.869,18	2.927.974,91	2.005.767,88	1.930.660,77	1.977.790,56	25.845.797,22		25.845.797,22
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	9.564.131,74	9.696.719,72	9.629.824,38	9.938.683,58	9.555.674,66	9.306.300,65	6.874.096,65	4.267.761,57	14.677.917,82	10.357.294,11	10.323.965,92	10.395.760,27	114.588.131,07	0,00	114.588.131,07
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	11.502,24	0,00	0,00	0,00	20.109,74					31.611,98		31.611,98
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.668,83					58.668,83		58.668,83
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.369,35	2.865,84	0,00	0,00	0,00	33.927,41	1.202.083,42	9.792,72				21.730,42	1.271.769,16		1.271.769,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.562.762,39	9.693.853,88	9.629.824,38	9.927.181,34	9.555.674,66	9.272.373,24	5.672.013,23	4.179.190,28	14.677.917,82	10.357.294,11	10.323.965,92	10.374.029,85	113.226.081,10		113.226.081,10
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III - II)	24.649.538,03	24.952.262,61	23.964.250,55	24.346.190,24	24.429.039,34	25.156.951,21	29.881.978,96	58.837.532,35	31.222.398,79	26.713.848,96	27.404.560,57	26.830.397,38	348.388.948,99	329.714,92	348.718.663,91

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.290.353.341.023,87	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	348.718.663,91	0,027025%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	895.634.254,00	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	850.852.541,30	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	806.070.828,60	0,062469%

FONTE: SIAFI / TESOIRO GERENCIAL/Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT 7ª Região – 15/MAI/2024 – 10h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O item Pessoal Ativo – Obrigações Patronais agrega valores da contribuição previdenciária patronal para o RPPS (R\$ 46.212.114,68), para o INSS e SAT (R\$ 820.554,01), além da Contribuição patronal para o FUNPRESP LEI 12618/12 (R\$ 2.717.580,35), incluindo Desp.Exerc.Anterior nesses elementos.

3) Nas despesas com Pessoal não estão computadas as Sentenças Judiciais executadas por meio de descentralização interna (provisão) e descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 8.060.784,21; b) Precatórios da Adm. Direta – R\$ 15.729.208,44

4) No item "Despesas não computadas" não foram descontadas as despesas de exercícios anteriores (ND 92) do período maio/23 a abril/24, R\$ 7.624,32 (Ressarcimento Prefeituras), R\$ 417,22 (Patronal Funpresp) e 660,16 (patronal INSS dez/23)

5) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

Fortaleza, 22 de maio de 2024

DURVAL CESAR DE VASCONCELOS MAIA
Desembargador Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral e Ordenadora de Despesas

FABIANO REGO DE SOUSA
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Auditoria Interna